



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
Email: procuradoria.pmsc@gmail.com

PMSC

Fls. 48  
Rubrica [assinatura]  
Mat. n.º: 1164

## PARECER JURÍDICO

**Processo Administrativo nº 826.013/2021**

**Interessado:** Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos.

**Modalidade:** Dispensa de Licitação

**Objeto:** Contratação de empresa especializada em construção para Execução dos gradis, portões e mastro para porta bandeira, com aplicação de pintura nas escolas municipais Manoel Felipe dos Anjos e Francisca Freire da Nóbrega.

**EMENTA:** Direito Administrativo. Direito Constitucional. Contratação Direta. Contratação de empresa especializada em construção para Execução dos gradis, portões e mastro para porta bandeira, com aplicação de pintura nas escolas municipais Manoel Felipe dos Anjos e Francisca Freire da Nóbrega. Art. 24, I, da Lei nº 8.666/93. Possibilidade.

### **I - RELATÓRIO**

O presente processo administrativo trata da contratação de empresa especializada em construção civil, qual seja a RC CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI - ME para a execução **dos gradis, portões e mastro para porta bandeira, com aplicação de pintura nas escolas municipais Manoel Felipe dos Anjos e Francisca Freire da Nóbrega.**

Depreende-se dos Autos a existência de Solicitação de Despesa exarada pelo setor Requisitante; Projeto Básico; autorização de abertura de processo administrativo de despesa; orçamento detalhado em planilhas com descrição dos itens e suas respectivas unidades, quantidades, preços unitários e totais; ART - Anotação de Responsabilidade Técnica; atos informando a existência de saldo orçamentário específico e suficiente à despesa já em consonância com o PPA, LOA e LDO; designação de equipe de Apoio; bem como documentos acessórios, tudo devidamente contemplado em um único volume de 47 páginas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
Email: procuradoria.pmsc@gmail.com

PMSC
Fls. <u>49</u>
Rubrica <u>[assinatura]</u>
Mat. n.º: <u>1964</u>

A pretensa contratação encontra arcabouço no artigo 24, I, da Lei nº 8666/93, cujo processo foi remetido a esta Procuradoria com o desígnio de promover a análise processual, com o viés jurídico, identificando se estão de acordo com a legislação brasileira, em especial art. 38, Parágrafo único da Lei nº 8666/93 e os Princípios que regem a Administração.

É o que importa relatar.

## II - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

A Constituição Federal brasileira preconiza em seu artigo 37, XXI, a obrigatoriedade de processo licitatório para contratações públicas, ressalvadas algumas exceções especificadas em leis.

Assim, temos que uma das exceções suso referidas é a Dispensa de Licitação, meio de contratação direta, que pode ser utilizada quando respeitadas algumas características e de forma Discricionária à Administração.

No presente caso temos a pretensa contratação direta por meio de Dispensa de Licitação prevista no artigo 24, I, da Lei nº 8666/93, nos seguintes termos:

Art. 24. É dispensável a licitação:

**I - para obras e serviços de engenharia de valor de até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;** - grifos meus

Em outras palavras, a fundamentação desta Contratação está atrelada ao valor encontrado para a prestação do serviço solicitado, considerando que trata-se de prestação pontual e não continuada.

Logo, depreende-se dos autos, a **devida descrição do objeto** devidamente caracterizado, bem como as obrigações das partes e a forma como se deseja que o serviço seja prestado além da localização de cada unidade que deverá recepcionar os serviços logo na peça inaugural de Solicitação de Despesa e Projeto Básico. Por conseguinte, há o parâmetro de preços atrelado ao processo por meio de pesquisa mercadológica junto a fornecedores, condizente com a Instrução Normativa nº 73,



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
Email: procuradoria.pmsc@gmail.com

PMSC
Fls. 50
Rubrica
Mat. n.º: 924

de 05 de agosto de 2020, do Ministério da Economia, conforme se depreende das fls. 14-41.

**Digno de Nota é que encontra-se presente nos autos as certidões da empresa com a proposta mais vantajosa à contratação**, todavia conta com duas certidões que venceram no curso do andamento processual, de modo que é imperioso posterior consulta e deixar anexado ao presente Processo a comprovação de idoneidade da pretensa contratada, com o fito de viabilizar e fortalecer a possibilidade de formalização de contrato.

Consoante exegese jurídica acerca de normativos, muito embora já exista indícios que indicam a regularidade processual até o presente Parecer, sugiro a observância dos requisitos elencados na Resolução nº 028/2020 do Tribunal de Justiça Estadual do Rio Grande do Norte, principalmente no que diz respeito ao art. 10 e seguintes, os quais tratam da composição do processo de realização da Despesa Pública.

### III – CONCLUSÃO

---

Por tudo que foi exposto, em caráter opinativo, entendo que o Processo Administrativo de nº 826.013/2021 atendeu em parte aos requisitos legais, devendo ser feita atualização das certidões da empresa de proposta mais vantajosa à Administração, e estando configurada a idoneidade da mesma, o processo estará regular para a contratação direta proposta.

Serra Caiada/RN, 05 de Novembro de 2021.

RÂMIDA RAIZA DE OLIVEIRA PEREIRA GONÇALVES  
OAB/RN nº 14.285